

A CRISE DOS PARADIGMAS NA SOCIOLOGIA

Problemas de explicação

Octavio Ianni (*)

A crise da sociologia pode ser real ou imaginária, mas não há dúvida de que tem sido proclamada por muitos. Em diversas escolas de pensamento, em diferentes países, uns e outros colocam-se o problema da crise de teorias, modelos ou paradigmas. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, e em escala crescente nas décadas posteriores, esse é um problema cada vez mais central nos debates. Além dos êxitos reais ou aparentes, das modas que se sucedem, dos desenvolvimentos efetivos do ensino e pesquisa, da produção de ensaios e monografias, manuais e tratados, subsiste a controvérsia sobre a crise da explicação na sociologia.

Fala-se na decomposição dos modelos clássicos e na obsolescência de noções como as de sociedade, comunidade, capitalismo, divisão do trabalho social, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação, revolução. Critica-se a abordagem histórica, globalizante ou holística, e preconiza-se a sistêmica, estrutural, neofuncionalista, fenomenológica, etnometodológica, hermenêutica, do individualismo metodológico e outras. Considera-se que os conceitos formulados pelos clássicos já não respondem às novas realidades. Agora, o objeto da sociologia deveria ser o indivíduo, ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, cotidiano, escolha racional.

Em 1946, na aula inaugural pronunciada na London School of Economics and Political Sciences, T. H. Marshall se mostrou preocupado com a “encruzilhada” na qual se encontrava a sociologia. As tarefas práticas eram urgentes e os recursos teóricos pareciam inadequados. As interpretações herdadas dos clássicos seriam insuficientes para fazer face às urgências da reconstrução social. Em lugar das teorias globalizantes, caberia formular “pontos de apoio intermediário”, de modo a atender aos desafios imediatos, localizados, setoriais, quotidianos, de normalização e ordenamento dos problemas sociais.

“Os sociólogos não deviam despender todas as suas energias na procura de generalizações amplas, leis universais e uma compreensão total da sociedade humana como tal. Talvez cheguem lá mais tarde se souberem esperar. Nem re comendo o caminho arenoso das profundezas do turbilhão dos fatos que enchem os olhos e ouvidos até que nada possa ser visto ou ouvido claramente. Mas, acredito que haja um meio-termo que se localiza em chão firme. Conduz a uma região cujas características não são nem gargantuanas nem liliputianas, onde a sociologia pode escolher unidades de estudo de um escopo manejável, não a sociedade, progresso, moral e civilização, mas estruturas sociais específicas nas quais as funções e processos básicos têm significados determinados” (Marshall, 1967, p. 32).

Seja em termos de “pontos de apoio intermediário” conforme Marshall, de “principia media”, segundo Mannheim (1949), ou “teorias de alcance médio”, na versão de Merton (1951, 1967), o que está em curso é o debate sobre a insuficiência ou obsolescência das teorias clássicas. Debate no qual, aos poucos, se propõem outros temas e metodologias. A problemática sociológica é posta em causa por representantes de diferentes escolas de pensamento,

em diversos países. .

Essa controvérsia prossegue e generalizase. Torna-se uma onda. Bourricaud (1975, p. 584) critica o “sociologismo”, o “hiperfuncionalismo” e o “realismo totalitário”. Afirma, entre outras observações semelhantes, que “o realismo totalitário continua a constituir o modo de interpretação ao qual, espontânea e implicitamente, recorre a maioria dos sociólogos radicais”. Para superar essas limitações, preconiza a recriação do “individualismo atomístico” herdado do liberalismo e do marginalismo, conforme as contribuições de Mancur Olson, Albert Hirschman e outros. Propõe o conceito de “neo-individualismo”, no qual se admite a existência de “grupos”, “classes” e “sociedades”, entre outras. Está a caminho das teorias do “individualismo metodológico” e “escolha racional”, vistas como aspectos básicos de um novo paradigma sociológico posto sobre os escombros dos clássicos.

Touraine (1984) dá continuidade à crítica dos “modelos clássicos”. Alega que se acham em “decomposição”, já que se baseiam em conceitos insatisfatórios, tais como “funcionalismo”, “modernização”, “sociedade” e outros. “Na realidade, o que esta sociologia denomina sociedade não é senão a confusão de uma atividade social, definível em termos gerais - como a produção industrial ou o mercado -, e de um Estado nacional.

A unidade da sociedade é aquela que lhe dá e impõe um poder legítimo. Suas fronteiras não são teóricas, mas reais: as dos postos da aduana. A sociedade é o pseudônimo da pátria” (*idem*, p. 22). Os conceitos elaborados pelos clássicos parecem não deixar espaço para os indivíduos, os atores sociais. “Um dos aspectos mais importantes da sociologia clássica é que, ao criar grandes conjuntos históricos portadores de sentidos em si mesmos, reduzem a análise da ação social à pesquisa da posição do ator no sistema” (*idem*, p. 35). Cabe eleger como objeto da sociologia a ação social, o ator social, o movimento social. E abandonar o sistema, os grandes conjuntos, os conceitos abrangentes, a visão macro da sociedade. Mesmo porque essas noções corresponderiam a uma realidade social passada, superada, que já não mais se constitui como objeto da sociologia. “A sociologia da ação recusa esta explicação do ator pelo sistema. Ao contrário, vê em toda situação o resultado das relações entre atores, definidos tanto por suas orientações culturais como por seus conflitos sociais” (*idem*, pp. 35-36). Nesses termos é que Touraine desenvolve a idéia de que a “decomposição” do pensamento sociológico herdado do passado parece irreversível. Trata-se da “crise de um modelo clássico de representação da vida social”, acompanhada da “formação de um novo modelo, a partir do qual pode desenvolver-se uma orientação sociológica mais específica e mais coerente” (Touraine, 1985, -pp. 15-25).

Entre os críticos que estão propondo novos modelos, teorias ou paradigmas é freqüente a insistência na idéia de que o objeto da sociologia mudou. Os clássicos estariam apoiados em noções que, se foram cabíveis no passado, já não atendem às peculiaridades do século XX. Ao criticar as noções de capitalismo e industrialismo, que seriam importantes nas sociologias de Marx e Weber, Giddens sublinha a “informação”, o “poder administrativo”, o “poder militar”, a “guerra”, a “racionalização” e outras como aspectos básicos da “modernidade” do século XX. Portanto, não se trata mais, como se fazia anteriormente, de continuar a explicar a realidade social em termos de industrialismo e capitalismo. “A dissolução do mundo tradicional, sob o impacto da modernidade, não é o resultado do capitalismo, do industrialismo, ou mesmo da concentração dos instrumentos administrativos pelos Estados modernos. É o resultado de tudo isso, em combinação com os meios modernos de uso da força militar e de fazer a guerra (Giddens, 1988, p. 28). A modernidade é muito mais complexa e fundamental do que sugerem as noções de capitalismo e industrialismo. Cabe acrescentar outros “parâmetros de modernidade”, dentre os quais se destaca a parafernália da informática, “um dos mais característicos traços da época moderna. Os Estados modernos, e o sistema mundial moderno como um todo, envolvem uma tremenda aceleração na produção e organização de informação. Embora seja habitualmente suposto que apenas agora, no final do século XX, estamos entrando na era da informação, as sociedades modernas têm sido sociedades de informação desde os seus inícios” (*idem*, p. 27). Em síntese, trata-se de superar a “teoria da sociedade industrial”, um resíduo do século XIX, um “mito” ultrapassado. E “reconciliar uma epistemologia da ciência social, revista, com novos esquemas para análise do desenvolvimento das sociedades avançadas” (Giddens, 1976, p. 703).

Uma parte importante dessa história está sintetizada em livros e artigos de T. H. Marshall, Merton, Mannheim, Florestan Fernandes, Gurvitch, Sorokin, Cuvillier, C. W. Mills, Barrington Moore Jr., Gouldner, Giddens, Collins, Bourricaud, Bourdieu, Touraine, Piaget, Lukács, Goldmann, Horkheimer, Adorno, Habermas, Gadamer, Ricoeur, Morro, Elster e outros. Uns se colocam radicalmente em favor de novos paradigmas. Outros propõem renovações ou desenvolvimentos dos clássicos, incorporando-se aí contribuições contemporâneas. E há os que reconhecem que a criação de novos paradigmas não implica necessariamente a desqualificação dos outros. Mesmo porque, na história do

pensamento sociológico, ao lado das oposições e rupturas, registram-se também convergências e continuidades. No conjunto, discutem-se problemas relacionados tanto ao método como ao objeto da sociologia. Discutem-se prioridades, ou acomodações, quanto à indução quantitativa e qualitativa à análise sincrônica e diacrônica, ao contraponto das partes com o todo, à dinâmica e à estabilidade sociais, ao indivíduo e sociedade, ao objetivo e subjetivo. Aos poucos, formulam-se novas teorias sociológicas, tais como estruturalismo(s), neofuncionalismo, estrutural-funcionalismo, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação ou acionalismo, individualismo metodológico e outras. Formulam-se outros temas e outros métodos de explicação ou compreensão, ao mesmo tempo em que se inaugurara outras linguagens.

Clássicos e contemporâneos

Há algo de imaginário no debate sobre a crise da sociologia. Se é verdade que há impasses reais no presente, também é verdade que as controvérsias sobre o seu objeto e método são mais ou menos permanentes. Dizem respeito às exigências da produção intelectual, com a singularidade de que a sociologia é uma ciência que sempre se pensa, ao mesmo tempo em que se realiza, desenvolve, enfrenta impasses, reorienta. Talvez mais do que outras ciências sociais, ela se pensa de modo contínuo, criticamente. Há uma espécie de sociologia da sociologia em toda produção sociológica de maior envergadura.

Entretanto, algumas vezes colocam-se problemas reais. Gurvitch (1986) perguntou certa vez se a sociologia fez outra coisa se não passar por crises. E disse que algumas delas colocaram questões básicas.

“Crise das relações entre filosofia da história e sociologia, crise da procura do ‘fator predominante’, crise do evolucionismo, crise do racionalismo social, crise da ‘compreensão’ que rejeita a explicação, crise do formalismo, crise do psicologismo à Pareto, à Freud e, mais recentemente, à Moreno, crise da relação entre a teoria sociológica e a investigação empírica em sociologia, avivando-se, segundo as características espirituais de Sorokin (1), em testomania e quantofrenia ... Importa, sobretudo aqui, insistir no fato de todas as crises em sociologia, independentemente da sua correspondência com as crises sociais às quais serviam de réplicas, sempre se reportarem ao problema da explicação: ou que se tenha pretendido explicar demasiado, ou que se tenha dado explicações falsas, ou se reduzisse em demasia a explicação a favor de uma simples constatação, ou, enfim - como nas investigações empíricas de hoje, sobretudo nos Estados Unidos e entre os imitadores franceses dos americanos - tenha-se renunciado quase por completo à explicação, transformando, no melhor dos casos, a sociologia em sociografia” (idem, vol. II, pp. 525-526).

Aliás, conforme lembra Merton (1979, p. 149), cada geração de sociólogos tende “a identificar a sua época como um momento decisivo no desenvolvimento da disciplina, para melhor ou para pior”. Em certos casos, no entanto, a crise pode ser real, relativa a problemas de explicação, impasses teóricos. Inspirado nas reflexões de Kuhn, sobre “ciência normal” e “revoluções científicas”, Merton chama a atenção dos sociólogos para problemas de cunho epistemológico. “Os aspectos da sociologia que supostamente fornecem os sinais e sintomas da crise são de natureza familiar - uma mudança e choque da doutrina acompanhadas de uma tensão aprofundada, é algumas vezes conflito exaltado, entre os praticantes do ofício. O choque implica a forte reivindicação de que os paradigmas existentes são incapazes de resolver os problemas que deveriam, em princípio, ser capazes de resolver” (idem, *ibidem*) (2).

A controvérsia sobre os clássicos e os contemporâneos, em certos casos, envolve a tese de que a sociologia é uma ciência pouco amadurecida. A importância dos textos clássicos e a freqüente volta a eles seriam indícios de imaturidade, ciência em formação, ainda não constituída, pré-paradigmática. Dada essa imaturidade e, portanto, a reduzida incorporação daqueles textos ao *corpus* teórico da sociologia, os sociólogos contemporâneos são obrigados a voltar continuamente a eles. Por isso, diz Merton, a sociologia reluta em abandoná-los. Todo sociólogo precisa demonstrar um conhecimento de primeira mão daqueles que deixaram a sua marca na sociologia.

“Embora o físico, enquanto físico, não precisa apoiar-se no Principia de Newton, ou o biólogo, enquanto tal, na leitura e releitura de A Origem das Espécies de Darwin, o sociólogo, enquanto sociólogo antes do que historiador da sociologia, tem ampla razão para estudar as obras de Weber, Durkheim e Simmel e, pelo mesmo motivo, voltar ocasionalmente às obras de Hobbes, Rousseau, Condorcet ou Saint-Simon. . . Os dados mostram que a física e a biologia têm em geral sido mais bem-sucedidas do que as ciências sociais em recuperar o conhecimento acumulado e relevante do passado e incorporá-lo às formulações subseqüentes. Este processo de enriquecimento pela absorção é ainda raro na sociologia. Como resultado, informações que não foram previamente recuperadas estão ainda lá, para serem empregadas de forma adequada, como novos pontos de partida” (Merton, 1967, pp. 34-35).

O argumento parece forte, mas sustenta-se pouco.

Primeiro, está baseado na idéia de que a sociologia deveria pautar-se pelo modelo “paradigmático” das ciências naturais. Um argumento de origem positivista, renovado com o neopositivismo. Supõe que a lógica do conhecimento científico é única. E que dada ciência social se constitui e amadurece na medida em que atinge os níveis alcançados pelas mais desenvolvidas, no caso as naturais, ou a física, a biologia. Essa é apenas uma posição no âmbito das reflexões sobre epistemologia. Há outras e bastante elaboradas. As conquistas científicas realizadas por Weber e Simmel, Marx, Lukács e Gramsci, Horkheimer, Adorno e Marcuse, Habermas e Gadamer, além de outros, abrem diferentes horizontes para a epistemologia das ciências sociais, e não apenas para a sociologia. As diferenças entre ciência natural e ciência social são essenciais e irreversíveis. Salvo o positivismo, que informa algumas tendências do funcionalismo, estrutural-funcionalismo e estruturalismo, a dialética hegeliana e marxista, bem como as diversas orientações da fenomenologia, estabelecem nítidas diferenças entre ciência da natureza e ciência social. Em termos epistemológicos, a sociologia e as outras ciências sociais não podem prescindir da compreensão, da explicação compreensiva. As possibilidades da pesquisa, experimentação, descrição e explicação, abertas pela ciência da natureza, pouco servem para o estudo da realidade social. O conceito, categoria, lei de causa e efeito, lei de tendência, condição de possibilidade ou previsão somente se constituem na medida em que apanham, codificam, taquigrafam as singularidades e universalidades envolvidas nas configurações e nos movimentos da realidade social.

Segundo, há o aspecto propriamente ontológico da questão. O objeto da sociologia, bem como das outras ciências sociais, envolve o indivíduo e a coletividade, as relações de coexistência e seqüência, diversidades e antagonismos. Diz respeito a seres dotados de vontade, querer, devir, ideais, ilusões, consciência, inconsciente, racionalidade, irracionalidade. Os fatos e acontecimentos sociais são sempre materiais e espirituais, envolvendo relações, processos e estruturas de dominação ou poder, e apropriação ou distribuição. Implicam indivíduos, famílias, grupos, classes, movimentos, instituições, padrões de comportamento, valores, fantasias. Esse é o mundo da liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia.

Terceiro, a sociedade burguesa, industrial, capitalista, moderna ou informática, modifica-se ao longo do tempo. Mas guarda algumas características essenciais. É diferente e mesma. No começo, falava-se no “individualismo possessivo”, descoberto pela economia clássica e os primeiros pensadores sociais interessados em explicar a emergência e o tecido da sociedade civil. Em fins do século XX, fala-se no “individualismo metodológico”, acompanhado da “escolha racional”: duas descobertas das ciências sociais nos tempos da modernidade, compreendendo o marginalismo hedonista, o neoliberalismo e o marxismo analítico. O dilema indivíduo e sociedade continua a ser essencial, se queremos entender a trama das relações sociais, os espaços da liberdade, as condições da opressão. O mundo formado com a sociedade moderna, industrial, capitalista não é o mesmo nos séculos XIX e XX. Modificou-se substancialmente, está informatizado. Os meios de comunicação, em sentido amplo, revolucionaram as condições de produção, distribuição, troca e consumo, em termos materiais e espirituais. As burocracias públicas e privadas ampliaram muito o seu raio de ação, influência, indução. Tudo mudou. Mas muita coisa subsiste, ainda que recriada, necessariamente recriada. Em essência, a sociedade moderna, burguesa, informática baseia-se em alguns princípios que se reiteram ao longo da história. Nem a ciência nem a técnica, ou informática, alteraram a natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação ou distribuição, de dominação ou poder. No limiar do século XXI, guardam-se aspectos essenciais do século XIX: liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia. “A ausência de espírito, característica da ‘modernidade racionalizada, não é apenas refletida nas páginas finais de *A ética Protestante* de Weber; é criada por ele. Para entender a modernidade racionalizada, não se pode apenas observá-la: precisa-se voltar ao trabalho pioneiro de Weber, a fim de apreciá-lo e experienciá-lo outra vez. Semelhantemente, o que é opressivo e sufocante na modernidade não será nunca suficientemente formulado como em *O Homem Unidimensional* de Marcuse” (Alexander, 1987a, 1987b). Ocorre que alguns clássicos revelam de forma particularmente exemplar, privilegiada, visionária, não só o que viram, mas também o que vemos. Em seu tempo, Weber dizia que “o mundo em que espiritualmente existimos é um mundo assinalado, em grande parte, pelas marcas de Marx e Nietzsche” (Weber, citado por Josyr-Kowalski, 1971, p. 264). Ocorre que o mundo que Weber conheceu ainda tinha muito daquele que Marx e Nietzsche haviam conhecido. Da mesma maneira que a modernidade racionalizada, revelada por Weber, tem muito da modernidade opressiva e sufocante revelada por Marcuse.

Teoria e paradigma

Há momentos lógicos da reflexão sociológica sem os quais o ensino e a pesquisa contemporâneos dificilmente poderiam se desenvolver. Estes são alguns desses momentos: aparência e essência, parte e todo, singular e universal, sincrônico e diacrônico, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. É claro que a reflexão científica pode basear-se maioritariamente em alguns, deixando outros em segundo plano: Nem sempre a monografia e o ensaio mobilizam todos. Entretanto, necessariamente mobilizam alguns. Dizem respeito à razão científica. Caso contrário, o produto da atividade intelectual corre o risco de ficar no meio do caminho, realizar-se apenas como descrição, folclorização, ideologização. Ou apresentar-se como sucedâneo da ficção, nem sempre com talento artístico.

Um dos requisitos lógicos fundamentais da interpretação na sociologia diz respeito à historicidade do social. O contraponto passado e presente é essencial, se se trata de explicar ou compreender a realidade social. Toda interpretação que perde, minimiza ou empobrece o momento do real, sacrifica uma dimensão básica desse mesmo real. Esta é uma conquista importante do pensamento sociológico e das outras ciências sociais. A realidade social é um objeto em movimento. As suas configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas representam momentos, sistemas, estruturas da mudança, dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir.

Precisamente aí está uma das limitações de algumas teorias sociológicas contemporâneas. Não levam em conta essa conquista do pensamento sociológico. Em busca de novas linguagens e da redefinição do objeto da sociologia, sacrificam as tensões diacrônicas do real. Imaginam que as configurações sincrônicas resolvem a diacronia, captando o momento do real, perdendo o movimento do real.

Uma parte da controvérsia sobre paradigmas clássicos e contemporâneos passa pelo problema da historicidade da realidade social. Entre os contemporâneos, são freqüentes as propostas teóricas que simplesmente abandonam ou empobrecem a perspectiva histórica. Como se fosse possível eliminar das relações, processos e estruturas de dominação e apropriação os seus movimentos e as suas tensões. Como se a realidade social pudesse sempre resolver as suas diversidades, desigualdades e antagonismos no âmbito das configurações sincrônicas. Como se o real não estivesse essencialmente atravessado pela relação de negatividade. Daí a imagem abstrata, rarefeita, cerebrina que transparece em estudos como os do estrutural-funcionalismo de Parsons.

“A idéia-chave dessa teoria, como o leitor deve estar lembrado, é o ponto de vista de que para toda sociedade existe certo número limitado de atividades necessárias, ou ‘funções’, tais como a obtenção de alimento, o adestramento da próxima geração etc. e um número igualmente limitado de ‘estruturas’, ou maneiras pelas quais a sociedade pode ser organizada para realizar essas funções. Em essência, a teoria estrutural-funcionalista busca os elementos básicos da sociedade humana, abstraída de tempo e lugar, junto com as regras de combinação desses elementos. Dá a impressão de procurar algo na sociedade humana correspondente à tábua periódica dos elementos na química” t Moore, 1972) (3).

Esse é um ponto essencial no debate sobre aspectos ontológicos e epistemológicos da sociologia. Trata-se de aperfeiçoar e desenvolver a teoria sociológica, sem perder a dimensão histórica da realidade social. A influência de paradigmas emprestados das ciências físicas e naturais tem levado certos sociólogos a uma espécie de pasteurização da realidade social, o que evidentemente se expressa no conceito, na interpretação. “No presente a sociologia está dominada por uma espécie de abstração, dando a impressão de que lida com objetos isolados, em estado de repouso. Mesmo o conceito de mudança social é freqüentemente usado como se referido a um estado fixo. Pode-se dizer que se é forçado a ver o estado de repouso como normal; e o movimento como um caso especial” (Elias, 1978).

O declínio da perspectiva histórica é algo relativamente generalizado na sociologia e no pensamento social contemporâneos. Um processo que já se havia manifestado incipiente no positivismo de Comte, bem como na economia política vulgar, acentua-se posteriormente e parece expandir-se bastante nos tempos atuais. “Um crescente ‘cansaço da história’ caracteriza, ao menos no Ocidente, a segunda metade do século XX. As técnicas de pesquisa da ciência social atual, extremamente refinadas, e orientadas em um sentido quantitativo, deslocam cada vez mais o pensamento histórico do lugar que ocupava no âmbito da Ilustração e do idealismo alemão, em Dilthey, nas tradicionais ciências do espírito, na filosofia da vida e também na filosofia da existência” (Schmidt, 1973, p. 13).

Aos poucos, as tecnologias da pesquisa, matemáticas, informáticas, invadem o objeto e o método da sociologia. A modernização da atividade científica, com base na institucionalização, burocratização, industrialização, formação de

equipes numerosas de *seniors* e *juniors*, trabalhando com equipamentos eletrônicos, informáticos e matemáticos, provoca alterações na definição do objeto e das condições lógicas e teóricas da interpretação. “A desintegração das ciências humanas tem a sua origem, no fundo, em uma ilusão perseguida com metódica obsessão, que consiste em crer na possibilidade de fugir, do contexto consciente da história humana e das suas sempre renovadas decisões valorativas e de poder, para a a-historicidade das fórmulas matemáticas” (H. Luthy, citado por Schmidt, *idem*, pp. 13-14).

Aqui, cabe lembrar o que já havia sido posto por Hegel e retomado várias vezes, mais tarde, nas controvérsias sobre quantidade e qualidade. A indução quantitativa não participa do objeto, não faz parte dele, é exterior. Apanha estruturas externas ao ser social. “Em outras palavras, a verdade acerca de objetos matemáticos existe fora deles, no sujeito do conhecimento. Esses objetos, portanto, são, em sentido estrito, não-verdadeiros, entidades inessenciais externas” (Marcuse, 1978, pp. 101-102) (4).

São vários os problemas epistemológicos que precisariam ser melhor examinados, se quiséssemos esclarecer mais a controvérsia sobre a crise de paradigmas na sociologia. Além dos já analisados, em forma breve, cabe lembrar o da relação sujeito-objeto do conhecimento. Na sociologia, essa é sempre uma relação complexa, com sérias implicações quanto ao objeto e método. As diversas perspectivas teóricas mostram que a relação sujeito-objeto nem sempre se resolve numa tranqüila relação de exterioridade, como se o real e o pensado se mantivessem incólumes. Essa é uma hipótese do positivismo e está presente no funcionalismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo e outras teorias. Mas a sociologia inspirada na fenomenologia sempre carrega a hipótese da cumplicidade. A redução fenomenológica e a hermenêutica tendem a tornar ambos cúmplices do conhecido, objeto e sujeito. Ao passo que a sociologia de inspiração dialética, se pensamos em Marx, Lukács, Gramsci e alguns outros, leva à hipótese da dependência mútua, da reciprocidade. O sujeito e o objeto constituem-se simultânea, reciprocamente. A reflexão científica pode corresponder a um momento fundamental da constituição do real. Enquanto não se constitui como categoria, concreto pensado, pleno de determinações, o real está no limbo.

São vários os momentos lógicos da reflexão sociológica, se pensarmos em termos de aparência e essência, parte e todo, singular e universal, qualidade e quantidade, sincrônico e diacrônico, histórico, e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. Mas as teorias não os mobilizam sempre nos mesmos termos de modo similar, homogêneo. Aliás, as teorias distinguem-se, entre outros aspectos, precisamente porque conferem ênfase diversa aos momentos lógicos da reflexão. Há conceitos sociológicos que são comuns a várias teorias. As vezes, o objeto é concebido de maneira semelhante. Mas a interpretação pode não ser precisamente a mesma. E quando a interpretação se revela diversa, logo se constata que a importância relativa dos momentos lógicos da reflexão não é exatamente a mesma. Nesse sentido é que as teorias podem ser mais ou menos distintas, distantes ou opostas.

Princípios explicativos

Entretanto, a multiplicidade das teorias não implica, necessariamente, a multiplicidade de epistemologias. É possível supor que dada epistemologia pode fundamentar diferentes propostas teóricas. Aliás, quando buscamos os princípios epistemológicos em que se fundam as teorias, verificamos que dada epistemologia parece fundamentar diversas teorias. É nesse sentido que Elster (1989, p. 181) sugere existirem basicamente “três tipos principais de explicação científica: a *causal*, a *funcionalista* e a *intencional*”. São os paradigmas, ou princípios, que sintetizam as possibilidades de explicação científica. Afirma Elster que a abordagem causal é comum a todas as ciências, naturais e sociais; diz que a explicação funcionalista não tem cabimento nas ciências sociais, pois se baseia em uma analogia equívoca, retirada da biologia. E acrescenta que, nas ciências sociais, as explicações podem ser baseadas na “causalidade intencional”, com variações, conforme se trate de processos internos aos indivíduos ou processos relativos à interação entre indivíduos. “As ciências sociais usam extensamente a análise intencional, no nível das ações individuais. A análise funcionalista, entretanto, não tem lugar nas ciências sociais porque não existe analogia sociológica à teoria da seleção natural. O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal-intencional mista - *compreensão intencional* das ações individuais e *explicação causal* de suas interações” (*idem, ibidem*) (5).

Podemos discordar de alguns aspectos da “filosofia da ciência”, ou “paradigma”, que Elster está propondo para as ciências sociais. Mas não há dúvida de que ele põe o problema básico: alguns paradigmas fundamentam múltiplas teorias.

As teorias sociológicas do passado e presente organizam-se, em última instância, com base em princípios explicativos fundamentais. É verdade que há variações, convergências, nuanças, divergências. Mas predominam alguns princípios, constituindo os fundamentos dos paradigmas conhecidos na sociologia.

Uma relação das teorias sociológicas, passadas e presentes, naturalmente incluiria evolucionismo, positivismo, funcionalismo, marxismo; compreensivo ou típico ideal, hiperempirismo dialético, neofuncionalismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo, teoria da troca, teoria do conflito, interacionismo simbólico, fenomenologia, etnometodologia, hermenêutica, sociologia da ação social ou acionalista, teoria do campo sociológico, teoria da estruturação, sociologia sistêmica, individualismo metodológico, teoria crítica da sociedade e outras. São teorias distintas ou aparentadas. Dialogam entre si, mas também se opõem e contrapõem. Implicam diferentes noções do objeto, apesar do acordo mais ou menos geral sobre o que é o social. Baseiam-se em diferentes métodos de interpretação, envolvendo a explicação, a compreensão, a explicação compreensiva. Lidam com os momentos lógicos da reflexão de forma peculiar, priorizando uns em lugar de outros. Certas teorias possuem cunho histórico, ao passo que outras focalizam a realidade em termos supra-históricos. E há as que se mostram simplesmente a-históricas. Também a relação sujeito-objeto é diferenciada, polarizando-se em três modalidades principais: exterioridade, cumplicidade e reciprocidade.

Mas é possível dizer que as teorias sociológicas do passado e presente organizam-se, em última instância, com base em princípios explicativos tais como: evolução, causação funcional, estrutura significativa, redução fenomenológica, conexão de sentido e contradição. Neste ponto é que a controvérsia sobre os paradigmas precisaria demorar-se mais. Aí, o debate sobre a crise de paradigmas na sociologia tem muito a realizar, se quer elucidar os fundamentos da questão.

Note-se que a noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental. Envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, caracterizando uma perspectiva interpretativa, explicativa ou compreensiva, articulada, internamente consistente. Na linguagem da sociologia, um paradigma compreende a articulação dos momentos lógicos essenciais da reflexão: aparência e essência, parte e todo, singular e universal, sincrônico e diacrônico, quantidade e qualidade, histórico e lógico, passado e presente, sujeito e objeto, teoria e prática. São momentos lógicos que se traduzem interpretativamente em evolução, causação funcional, estrutura significativa, redução fenomenológica, conexão de sentido e contradição.

É claro que essa noção de paradigma deixa de lado a acepção sociológica, ou melhor, sociológica, que privilegia o conjunto de hábitos comuns aos que se dedicam ao ensino e pesquisa, as codificações estabelecidas em manuais, os laços institucionais e o jargão próprio de cada grupo de sociólogos reunidos em centros, institutos, departamentos ou outros lugares. Naturalmente, esta acepção apresenta algum interesse, se queremos conhecer as condições sociais, políticas, ideológicas, institucionais, materiais e técnicas de produção e reprodução do conhecimento científico. Mas não é suficiente, se queremos elucidar questões relativas ao objeto e método da sociologia (Masterman, 1979, pp. 72-108; Barnes, 1986; Ribeiro dos Santos, 1979; Boudon, 1977).

Vejamos alguns exemplos nos quais podemos clarificar um pouco mais as relações entre teoria e paradigma.

Merton dedica-se bastante ao funcionalismo e pode ser considerado o principal teórico do que poderíamos denominar neofuncionalismo. Está preocupado com o paradigma, enquanto codificação da teoria, dos requisitos fundamentais da explicação sociológica. Propõe “um paradigma para a análise funcional na sociologia” (Merton, 1951, cap. I, e 1967, cap. II). Essa é uma contribuição importante, na qual conceitos e procedimentos lógicos são precisados, aprimorados. É inegável a contribuição de Merton para a teoria. Entretanto, cabe perguntar se a sua teoria funcionalista inaugura propriamente um paradigma, ou apenas dá continuidade e inova outro já disponível. Haveria diferenças essenciais entre os paradigmas de Merton e Durkheim ou seriam complementares? Em outros termos, há principalmente continuidades entre *As Regras do Método Sociológico* de Durkheim e “Funções Manifestas e Latentes” do livro *Teoria Social e Estrutura Social* de Merton. São muito fortes as evidências de que Merton efetivamente repõe, retoma e desenvolve, em outra linguagem, o paradigma formulado por Durkheim. Se falarmos em teorias, supondo que Merton e Durkheim são autores de duas teorias sociológicas, podemos admitir que ambas se inspiram no mesmo princípio explicativo, de causação funcional. A despeito do seu empenho em formalizar um

paradigma neofuncionalista, parece evidente que reitera o princípio de causalidade funcional codificado por Durkheim. Princípio esse que já havia sido retomado por Malinowski, Radcliffe-Brown e outros. Naturalmente, realiza contribuições da maior importância quando elabora as noções de função manifesta e função latente; quando se empenha em demonstrar que o funcionalismo não implica, necessariamente, uma visão conservadora da realidade social. Mas nem muda nem corrige, apenas aperfeiçoa o paradigma codificado anteriormente por Durkheim em seus estudos metodológicos e em suas monografias. Um paradigma com muita influência no pensamento sociológico, presente em várias teorias sociológicas contemporâneas (Fernandes, 1959, parte III; Gouldner, 1970).

Um raciocínio semelhante pode ser feito a propósito de Gramsci, no contraponto com Marx. É claro que aí também há invenções a considerar. A linguagem de Gramsci é outra. Contém menos economia política, outra história. Gramsci elabora as categorias de hegemonia, bloco de poder, intelectual orgânico e outras. É o autor de uma teoria razoavelmente articulada, consistente, compreendendo também classes subalternas, guerra de posição e guerra de movimento, Ocidente e Oriente. Em uma comparação com a de Marx, fica logo evidente que são duas, com semelhanças e diferenças. Entretanto, o paradigma é, em essência, o mesmo. Ambas as teorias apóiam-se no princípio da contradição, que funda um paradigma (Coutinho, 1981; Macciocchi, 1976).

Aliás, cabe reconhecer que há diálogos, implícitos e explícitos, entre representantes de diferentes paradigmas. Indicam problemas metodológicos merecedores de atenção. Permitiriam ilações. Ao analisar a divisão do trabalho social como um processo relativo ao conjunto da sociedade, compreendendo aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, Durkheim leva a noção de anomia bastante próxima à de alienação, formulada por Marx. O próprio conceito durkheimiano de divisão do trabalho, por suas especificidades e abrangências, lida com problemas que também haviam atraído a atenção de Marx, quando se referia às dimensões singulares, particulares e gerais desse processo social abrangente, de alcance histórico. Também Weber e Marx encontram-se algumas vezes. Conforme sugere o próprio Weber, “todas as leis e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas possuem um caráter de tipo-ideal, na medida em que sejam teoricamente corretas” (Weber, 1979, pp. 79-127). O diálogo continua. Na sociologia contemporânea, os mesmos Weber e Marx, passando por Lukács, são indispensáveis se queremos compreender algumas das teses básicas da teoria crítica da sociedade, formuladas por Horkheimer, Adorno e Marcuse.

O problema pode ser colocado assim: as teorias sociológicas contemporâneas lidam com alguns princípios explicativos fundamentais, comuns. Estes têm sido elaborados por sociólogos; cientistas sociais e filósofos na época dos clássicos, na transição do século e contemporaneamente. As teorias multiplicam-se. Há contínuas criações quanto ao objeto e método, conceitos e interpretações, temas e linguagens. Em certos casos, ocorre a reiteração de princípios explicativos, aperfeiçoados ou não; ao passo que, em outros, verifica-se algo de novo: a invenção paradigmática.

Vista assim, em alguns dos seus aspectos relevantes, a controvérsia sobre paradigmas, bem como teorias e paradigmas, ajuda a explicitar determinadas singularidades da sociologia como ciência social. São singularidades do maior interesse, por suas implicações epistemológicas e ontológicas. Vejamos quais são, em modo breve.

Primeiro, a sociologia pode ser considerada uma ciência que se pensa criticamente, todo o tempo. O sociólogo tanto produz interpretações substantivas como assume e desenvolve as suas contribuições, dúvidas, polêmicas. Há um debate metodológico frequente não só nas entrelinhas e notas, mas também em escritos básicos de sociólogos das mais diversas tendências, passados e contemporâneos. Em boa medida, as polêmicas sustentadas por Marx, Durkheim, Weber, Lukács, Gramsci, Wright Mills, Gouldner, Barrington Moore Jr., Gurvitch, Merton., Adorno, Popper, Habermas e outros têm algo, ou muito, a ver com o marxismo. E retomam ou iniciam discussões da maior importância sobre o objeto e o método da sociologia.

Segundo, cabe reconhecer que o objeto da sociologia é a realidade social em movimento, formação e transformação. Essa realidade é alheia e interna à reflexão. O objeto e o sujeito do conhecimento distinguem-se e confundem-se. Há todo um complexo exorcismo em toda interpretação, explicação ou compreensão dessa realidade. Ela é um ser do qual o sujeito participa, em alguma medida, pelo universo de práticas, valores, ideais, fantasias. Simultaneamente, é um ser em movimento, modificação, devir; revolução. Desafia todo o tempo o pensamento, como algo conhecido e incógnito, transparente e opaco. Estava no passado e está no presente, -mesmo e diferente.

Terceiro, a sociologia é uma forma de autoconsciência científica da realidade social. Tem raízes nos impasses;

problemas, lutas e ilusões que desafiam os indivíduos, grupos, classes, movimentos, partidos, setores, regiões e a sociedade como um todo. É claro que as fórmulas dos sociólogos são individuais. Há aqueles que reconhecem alguma, ou muita, relação entre as suas reflexões e o jogo das forças sociais, grupos, classes etc. Toda produção sociológica aparece identificada com um nome, autor, escola, instituição, centro, instituto. Mas a sociologia do conhecimento já avançou o suficiente para revelar, a uns e outros, que o pensamento sociológico guarda uma relação complexa e essencial com as condições de existência social, ou configurações sociais de vida, de setores, grupos, classes ou a sociedade como um todo. E quando se torna possível reunir produções sociológicas de orientação teórica semelhante, logo resulta a idéia de estilo de pensamento, ou visão do mundo.

Quarto, o desafio permanente e reiterado diz respeito à relação entre ciência e arte, teoria e técnica, conhecimento e poder ou teoria e prática. O pensamento sociológico clássico, da passagem do século e contemporâneo, sempre tem algo a ver com a prática, tanto em sua origem como em seu destino. Daí o longo debate sobre a busca da isenção, neutralidade, distanciamento ou vocação da sociologia. Esse é um desafio permanente na história do pensamento sociológico. Está no centro da polêmica contemporânea simbolizada nos escritos de Adorno e Popper. “A controvérsia que divide hoje positivistas e dialéticos refere-se, sobretudo em seu núcleo, às finalidades práticas do estudo, a seus respectivos interesses em modificar a realidade social, que é o que orienta os seus trabalhos teóricos e o que determina, no fundo, as suas metodologias diferentes” (Baier, 1969, p. 12).

Quinto, na sociologia, o sujeito do conhecimento é individual e coletivo. O sociólogo naturalmente dispõe de todas as condições para estabelecer o seu objeto de estudo. É evidente o estilo pessoal do autor no escrito, na interpretação. Mas uma leitura mais atenta logo indicará o diálogo, o engajamento, a reciprocidade, implícita ou explicitamente, do autor com este ou aquele setor social, grupo, instituição, classe, movimento, partido, corrente de opinião pública, sociedade. São freqüentes as obras de sociologia que expressam um autor e uma configuração, um eu e um nós, um sujeito simultaneamente individual e coletivo do conhecimento. É daí que nasce o pathos de algumas obras fundamentais da sociologia.

Recebido para publicação em novembro de 1989.

Notas

* Octavio Ianni é professor do Departamento de Sociologia da Unicamp.

1 - Ver, a respeito, Sorokin (1956), especialmente os capítulos 4 e 7 (N. do Ed.).

2 - Note-se que algumas reflexões de Merton sobre paradigmas na sociologia estão inspiradas em Kuhn.

3 - Consultar também, a esse respeito, Mills (1975).

4 - Ver, também, a respeito, Mannheim (1953) e Blumer (1956).

5 - O mesmo problema é examinado por Elster (1979).

Bibliografia

ALEXANDER, C. J. (1987a), “The Centrality of the Classics”, in A. Giddens e J. Turner (eds.), *Social Theory Today*, Cambridge, Polity Press.

_____. (1987b), “O Novo Movimento Teórico”. *RBCS* n., 4, São Paulo, ANPOCS, pp. 5-28.

BAIER, H. (1969), “¿Tecnología Social o Liberación Social? La Polemica entre Positivistas y Dialecticos sobre la Misión de la Sociología”, in B. Schafers (ed.), *Crítica de la Sociología*. Tradução de Miguel Masciliano, Caracas, Monte Avila Editores, pp. 9-29.

BARNES, B. (1986), *T. S. Kuhn y las Ciencias Sociales*. Tradução de Roberto Helier, México, Fondo de Cultura Economica.

BLUMER, H. (1956), “Sociological Analysis and the Variable”. *American Sociological Review*, 21(6), Los Angeles, dezembro.

- BOUDON, R. (1977), *Effets Pervers et' Ordre Social*. Paris, Presses Universitaires de France, cap. VII.
- BOURRICAUD, F. (1975), "Contre le Sociologisme: Une Critique et des Propositions". *Revue Française de Sociologie*, Vol. XVI, Paris, Supplément, pp. 583-603.
- COUTINHO, C. N. (1981), *Gramsci*. Porto Alegre, L&PM Editores.
- ELIAS, N. (1978), *What is Sociology?* Tradução de Stephen Menell e Grace Morrissey, Londres, Hutchinson & Co. Publishers.
- ELSTER, J. (1979); *Ulysses and the Sirens (Studies in Rationality and Irrationality)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1989), "Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos". Tradução de Régis de Castro Andrade, *Lua Nova*, n ° 17, São Paulo, pp. 163-204.
- FERNANDES, F. (1959), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (especialmente a parte III).
- GIDDENS, A. (1976), "Classical Social Theory and the Origins of Modern Sociology". *American Journal of Sociology*, Vol. 81, n., 4, pp. 703-729.
- _____. (1988), *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge, Polity Press.
- GOULDNER, W. A. (1970), *The Coming Crisis of Western Sociology*. Nova Iorque, Basic Book Publishers.
- GURVITCH, G. (1986), *A Vocaçao Atual da Sociologia*. Tradução de Orlando Daniel, Lisboa, Edições Cosmos, Vol. II.
- JOSYR-KOWALSKI, S. (1971), "Weber y Marx", in José Sazbón (org.), *Presencia de Max Weber*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, pp. 24-265.
- KUHN, T. S. (1975), *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Bolika, São Paulo, Editora Perspectiva (a primeira edição deste livro em inglês data de 1962).
- MACCIOCCHI, M. A. (1976), *A Favor de Gramsci*. Tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MANNHEIM, K. (1949), *Man and Society in an Age of Reconstruction*. Londres, Routledge and Kegan Paul (especialmente caps. V e VI da 4ª parte).
- _____. (1953), *Essays on Sociology and Social Psychology*. Londres, Routledge and Kegan Paul, cap. IV.
- MARCUSE, H. (1978), *Razão e Revolução*. Tradução de Marília Barroso, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*. Tradução de Meton Porto Gadelha, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MASTERMAN, M. (1979), "A Natureza do Paradigma", in Inre Lakatos e Alan Musgrave (orgs.), *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. Tradução de Octávio Mendes Cajado, São Paulo, Editora Cultrix, pp. 72-108.
- MERTON, R. K. (1951), *Social Theory and Social Structure (Toward the Codification of Theory and Research)*. Illinois, The Free Press of Glencoe, 2.ª ed.
- _____. (1961), *On Theoretical Sociology*. Nova Iorque, The Free Press, cap. II.
- _____. (1979), *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaios*. Tradução de Maria José Silveira, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MILLS, C. W. (1975), *A Imaginação Sociológica*. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4ª ed.
- MOORE, B. (1972), *Poder Político e Teoria Social*. Tradução de Octávio Mendes Cajado, São Paulo, Editora Cultrix.
- RIBEIRO DOS SANTOS, I. (1979), *Os Fundamentos Sociais da Ciência*. São Paulo, Editora Polis.
- SCHMIDT, A. (1973), *História y Estructura*. Tradução de Gustavo Munoz, Madri, Alberto Corazón Editor.

SOROKIN, P. A. (1956), *Fads and Foibles in Modern Sociology and Related Science*. Chicago, Henry Regnery. Company, caps. 4 e 7.

TOURAINÉ, A. (1984), *Le Retour de L'Acteur (Essai de Sociologie)*. Paris, Fayard.

_____. (1985), “Les Transformations de l'Analyse Sociologique”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXVIII, Paris, pp. 15-25.

WEBER, M. (1979), “A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais”, in Gabriel Cohn (org.), *Weber*. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn, São Paulo, Editora títica, pp. 79-127.